

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Jornal de Notícias Class.: \_\_\_\_\_  
 Data: 08.02.90 Pg.: \_\_\_\_\_

**Saulo insiste em inquérito  
sobre morte de índia ianomami**

O Ministro da Justiça, Saulo Ramos, determinou ao diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que seja aberto um inquérito para apurar se jornalistas franceses filmaram a morte de uma índia ianomami, em Roraima. Caso seja comprovada a filmagem e omissão de socorro por parte dos jornalistas, o ministro insiste que eles sejam presos. No documento enviado à Polícia Federal, Saulo Ramos não considera a hipótese de que a filmagem tenha sido feita enquanto médicos prestavam atendimento à índia.

A informação de que havia médicos ao lado da índia foi dada pela assessora de comunicação da Procuradoria Geral da República, Memélia Moreira, organizadora da viagem de médicos e jornalistas franceses à área ianomami. O ministro disse que se houve atendimento médico, não se caracterizaria a omissão de socorro.

Segundo a assessora, a filmagem foi feita pelo jornalista Jacques Douai enquanto dois médicos brasileiros atendiam a índia. Douai, que esteve no Brasil pela emissora francesa de TV Antenne 2 entre 21 de janeiro e 3 de fevereiro, disse que a filmagem foi feita enquanto a índia

era atendida em hospital. Na reportagem sobre os ianomami exibida pela emissora na semana passada foi mostrada uma índia vomitando. Não foi ao ar a cena da morte, que integra o programa a ser exibido em 12 de março.

Estiveram com Douai no Brasil o jornalista Noel Mamere, Patrick Aeberhardt e Jacques Assauline, representantes da associação francesa de utilidade pública Médicins du Monde.

No documento enviado a Tuma, o ministro cita a possibilidade de a índia ter sido assassinada por "motivo fútil", uma "reportagem sensacionalista". No mesmo documento, diz que pode convocar o embaixador da França no Brasil para fazer um "relato completo" da filmagem, considerada ato "desumano, abjeto e repugnante".

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, disse que todos os decretos do Poder Executivo que determinaram o estabelecimento de garimpeiros na área ianomami serão considerados nulos. Junqueira afirmou que a retirada dos garimpeiros das terras dos ianomami será cobrada da Fundação Nacional do Índio (Funai).